

*Entre a Escola e o Hospício: A Escola Especial Ulisses
Pernambucano (1950-1955)*

KLEYDSON THYAGO ARAUJO DE OLIVEIRA¹

*Em linhas gerais, a psiquiatria diz:
deixem vir a mim as criancinhas
loucas*²

Seguindo as primeiras escolas para anormais do Brasil, Ulysses Pernambucano de Mello Sobrinhos “tentou a fundação de uma Escola para Anormais (nome com que então se rotulavam os excepcionais mentais). Entretanto verificou logo não ser possível o seu funcionamento sem a prévia realização de um acurado estudo das condições, qualidades e quantidades de excepcionais, pseudoexcepcionais e fronteiriços existentes na massa da população”³. Há uma diferença, que é importante salientar, entre as escolas para anormais criadas nos outros estados brasileiros e aquela idealizada por Ulysses Pernambucano em Pernambuco— talvez, resida aí a importância que foi atribuída a Ulysses no tocante da Educação Especial no Brasil e tenha sido reconhecido como um dos pilares desse assunto por Helena Antipoff, por exemplo. É salutar que a frente do Hospital da Tamarineira Ulysses Pernambucano não fez nenhuma mudança significativa na lógica de tratamento dos loucos que lá residiam, como afirmou Carlos Miranda.

A Escola Especial Ulisses Pernambucano, que em outrora se chamava Aires Gama (1941-1947), embora tenha sido criada no primeiro semestre de 1941 só veio funcionar no segundo semestre do mesmo ano e com pouca demanda de alunos, pois vários pais não queriam matricular seus filhos na escola, visto o estigma observado na sociedade sobre a idéia

¹ Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Pernambuco, aluno do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGE – UFPE), bolsista de pós-graduação da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE), no período de 2014 a 2016 sendo orientado pelo professor André Ferreira. Membro do Núcleo de Cidadania Homossexual da Universidade Federal de Pernambuco (NUCH – UFPE) sob a Orientação da Professora Mitz Helena de Souza Santos.

² FOUCAULT, Michel. **O poder Psiquiátrico** : curso dado no Collège de France (1973-1974). Tradução Eduardo Brandão. – São Paulo : Martins Fontes, 2006.

³ FILHO, Heronides Coêlho Filho. **Psiquiatria no país do açúcar**. Recife, 1977.



de ter um filho anormal. Como nos aponta o ofício circular nº 1071 de 18 de julho de 1941 endereçado ao senhor Dr. José Carlos Cavalcanti Borges - Em 1933, diploma-se na Faculdade

de Medicina de Recife, que atualmente integra a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), e é aprovado em concurso público para o cargo de médico psiquiatra do Departamento de Assistência à Psicopatas do Estado de Pernambuco, com a tese *Investigação Psicológica sobre a Personalidade de Epiléticos*, padronizando e aplicando pela primeira vez no Brasil o psicodiagnóstico de Rorschach. Ingressa como professor na Faculdade de Medicina de Recife, em 1937, com a pesquisa *A Personalidade de Menores do Recife*, na área de psicologia social, e torna-se responsável pelo ensino de psiquiatria ⁴. Esse documento se encontra no arquivo da Escola Especial Ulysses Pernambucano, situada à Avenida Gouveia de Barros, s/n, próximo ao Hospital Universitário Oswaldo Cruz.

“Acontece, porem, que, tem havido um reduzido número de alunos naquela escola em virtude do retraimento dos pais, que, geralmente, tem preconceito contra a matricula dos seus filhos doentes.

Peço, pois, que colaborando com o governo do Estado, vos [] encaminhar áquela escola especializada os menos anormais educáveis dando aos pais dos mesmos a orientação necessária.

Atenciosas saudações.” ⁵

É importante fazer, aqui, uma breve definição de quem seriam esses “filhos doentes” aceitos na Escola Especial Ulysses Pernambucano. A rigor seriam aqueles anormais educáveis, como diz o diário oficial no ato nº 137 de 27 de janeiro de 1941 onde relata que a escola era dedicada a “anormais educáveis [e] não serão admitidos os anormais que apresentarem perversão ou instabilidade acentuada”, esses últimos, talvez, fossem mandados ao manicômio da cidade.

Gilberta Januzzi nos diz que as transformações que o Brasil vinha sofrendo tanto econômica – com a crescimento das fabricas- quanto sociais – população saindo do campo e vindo pras cidades – fez com que o ensino emendativo se modificasse também, lentamente, “uma vez que o panorama nacional demanda necessidade de ler, escrever e contar para ocupar os novos empregos na indústria ou para morar nas cidades, onde tais indústrias geralmente se localizavam” ⁶.

⁴<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa403076/jose-carlos-cavalcanti-borges> (acesso em 06/01/2015 às 14h08min)

⁵ Todas essas informações estão contidas no arquivo da escola que não estão catalogados, mas são de fácil acesso.

⁶ JANUZZI, Gilberta. “A educação do deficiente no Brasil”. p, 68.

Embora a autora se refira aos anos de 1930 até fins de 1940; quando a EEUP ainda era muito recente, podemos notar que mais de uma década depois de sua criação o sentimento de o sujeito ser produtivo para a “nova vida” que estava surgindo se reflete bem num bilhete encontrado no arquivo da escola, que mostra também a vida dura que alguns alunos enfrentavam e a busca por esse sentimento de ser produtivo, isso fica bem claro nas palavras do Ayrton José Dias, possivelmente um estudante da escola – não foram encontrados mais detalhes de sobre sua passagem na escola -, no dia cinco de agosto de mil novecentos e cinqüenta e dois, em carta para a então diretora da escola Noemia de Araujo Varela

“Recife 5 de agosto de 1952

Dona Noemia

Saudações

Por intermédio desta, venho mui respeitosamente, agradecer a V. S. as sabias instruções que por vosso meio recebi, tais instruções muito servirão para o futuro. O motivo de deixar os estudos e a necessidade de trabalhar que presentimento eu acho conseguir um emprego e farei o possível para ele permanecer para, adaptar-se na vida, ajudando a mamãe e o papai. Rogo ao supremo para que V.S. possa sempre intervir as crianças de [] que serão as glórias do Brasil no dia amanhã.

Peço que desculpe as letras

Atenciosamente

Agradeço

Ayrton José Dias”⁷

É importante considerar que no ano de 1951 é criado outro estatuto para a Escola Especial Ulisses Pernambucano onde se diz que agora, segundo o artigo 3º, podem freqüentar “anormais educáveis e deficientes da linguagem de quaisquer condições sociais”⁸ o que aumenta o leque do que se considera como anormalidade, ou seja, a escola agora abriga não só crianças com suposta doença mental, mas estigmatiza todas as outras que têm uma dificuldade “normal” de ler e escrever. Pode ser uma tentativa do poder público de tirar da escola tradicional os problemas da educação, só deixando na escola regular os que aprendem satisfatoriamente.

Em 1952 o livro de diagnósticos dos alunos nos da conta de que compunha a escola crianças com déficit mental e da linguagem. Uma associação feita é a de que as crianças

⁷ Carta pertencente ao arquivo da Escola Especial Ulysses Pernambucano.

⁸ Pernambuco. Diário oficial do Estado de Pernambuco. Sábado, 21 de abril de 1951. (<http://www.cepe.com.br/> - acesso no dia 10/01/2015)

tinham problemas de linguagem porque tinham algum problema de ordem mental, forçando a ilação de que toda criança com déficit de linguagem tem déficit mental. O caso do aluno Eliseu Vieira *Bastos* cuja idade real (IR) era de 11 anos e 2 meses e a idade mental (IM) de 4 anos e um Q. I de 43, que nos padrões de hoje pode ser considerado muito inferior. Ele era considerado um “menino [...] apresentando grande déficit mental e conseqüentemente da linguagem”⁹. No desenvolvimento e estudo do caso de Eliseu temos uma descrição do que aconteceu no primeiro e segundo semestre dele na escola:

“1º semestre

Grande foi a numero de faltas contadas no 1º semestre. O próprio mostra interesse pela aula; realiza exercícios de sopro e de língua. É muito instável. Não notamos melhorar no desenvolvimento da linguagem.

2º semestre

Tem freqüentado com irregularidade as aulas, notamos no entanto grande melhora no mesmo desde que mudou para uma classe de crianças mais capazes”¹⁰

É notório nessa pequena descrição do desenvolvimento do aluno, que na escola não se fazia uma seleção eficiente dos alunos e, por vezes, subestimando a capacidade dos alunos da escola. É sabido que a seleção se fazia por meios de testes que desde a década de 1930 já eram utilizados para a seleção de alunos na Escola Normal e escolas particulares, como nos diz Carlos Miranda. Diante desses testes, argumenta o referido autor, “dificilmente uma criança poderia ser considerada ‘mentalmente sadia’”¹¹.

Outro caso anormalidade é o do aluno Aldemir Souza Codeceira que foi diagnosticado como tendo dificuldades em pronunciar sons como “lh, tr, fr, fi, cr, br, dr, v, gr, bl, gl, cl”. Observamos no primeiro semestre que o aluno freqüentou “as aulas com interesse. Não conseguimos que realize exercícios mecânicos para a correção de linguagem. [Ele] vem as aulas de linguagem com o intuito de ouvir historias. [Já no segundo semestre] quase não freqüentou aulas”¹².

⁹ Arquivo da Escola Especial Ulisses Pernambucano. (Diagnostico dos alunos – 1952)

¹⁰ Arquivo da Escola Especial Ulisses Pernambucano. (Diagnostico dos alunos – 1952)

¹¹ MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. Quando a Razão começa a julgar a loucura: a institucionalização do sistema manicomial em Pernambuco. In: Cadernos de historia: oficina de história: escritos sobre saúde, doenças e sociedade. /[Departamento de história da UFPE]. – ano 1, n. 1, (2003)-. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

¹² Arquivo da Escola Especial Ulisses Pernambucano (Diagnostico dos alunos – 1952)

Juntando-se a esses dois, temos o caso de Marcio Antonio Castanha Gomes ele é considerado um “menino mongolóide” que, segundo a escola, possui uma IR de 10 anos e 2 meses e uma IM de 3 anos e 2 meses. O relato de sua passagem na escola nos da conta de que ele não freqüentou muito a escola nos dois semestres do ano de 1952.

Diante disso, nos vale a pergunta: seria a Escola Especial Ulisses Pernambucano um local onde se praticava uma educação voltada especialmente para os anormais visando estimular as potencialidades dos alunos e fazê-los sujeitos independentes dando oportunidades para uma nova vida e, em longo prazo, acabar com o estigma social de que as crianças eram “anormais” e por isso, incapazes ou seria a Escola Especial Ulysses Pernambucano um espaço, que embora não estivesse subordinado a nenhum hospital psiquiátrico era, nada mais, que um local não de educação formal, mas um espaço médico-psiquiátrico; um pequeno hospital disfarçado de escola para fazer a higiene mental dos alunos e assim transformar-los crianças “normais” e aptas para a vida nas grandes cidades?

Pouco se sabe sobre a Educação do “anormal” no Estado de Pernambuco, não havendo até o momento nenhum autor que fale especificamente desse assunto. Encontramos notas muito curtas sobre as tentativas de Ulysses Pernambucano de criar uma escola para os anormais, encontramos até equívocos históricos, como é o caso do Mazzotta, quando trata a escola Aires Gama como se já fosse Ulisses Pernambucano. Saber se a EEUP era um manicômio ou um Escola, não é uma tarefa fácil, pois se o fosse alguns já teriam se debruçada sobre tal assunto, ainda mais nos tempos de hoje, onde a Educação Especial esta tão presente naqueles que fazem da educação seu objeto de estudo.

Estudar um objeto novo traz suas dificuldades. A escassez de referências bibliográficas, a necessidade de criar novas categorias de análises; a rejeição por parte de alguns por ser um campo árduo de trabalho; um montante considerável de fontes primárias a serem analisadas e tantas outras dificuldades enfrentadas pelo caminho. Mas, todo o trabalho vale a pena, pois, acreditamos, que esses sujeitos históricos devem ser estudados e o prazer pela pesquisa fomentado. Essa pesquisa pretende ser objeto de estudo para alunos do nível de graduação e pós graduação *latu* ou *strictu* *sensu*, mas isso não significa que o estudo dela em outros meios não será incentivado. A Escola receberá uma copia da pesquisa, quando finalizada, e todos os parceiros que contribuíram direta ou indiretamente com esse estudo receberão também uma cópia, para assim tentar uma aproximação da comunidade universitária com os outros segmentos para ventilar os conhecimentos adquiridos na

academia, pois essa pesquisa foi financiada pela FACEPE, logo o dinheiro é dos pernambucanos e essa pesquisa é para os pernambucanos em especial para aqueles João, Marias, José, Robertos que perderam sua infância nos Hospitais Psiquiátricos do Recife. O período escolhido, entre 1950 – 1955, deve-se pela farta documentação encontrada possibilitando o estudo mais aprofundado do tema.

Para compor esse estudo foram analisados fichas dos alunos do período de 1951 até 1955. Ao todo são utilizadas 12 fichas utilizadas pelo Serviço Social do Serviço Aberto(?) (I) com um total de 81 páginas dos alunos Alfredo Pedro; Giralne; Jete Marques; José Amaro; José Mário; Marcio Antonio; Misael Luiz; Nelson Carlos; Renato Cavalcanti; Sara Ribeiro; Sergio Ferreira e Valtemi José. Além dessas fichas foram analisadas dezenove bilhetes (II) que serviram de correspondência entre a escola e a família dos alunos, nos anos de 1952. Foram analisadas também as fichas de matrículas dos alunos (III) novos da Escola Especial Ulisses Pernambucano de 1950 até 1952 perfazendo 61 folhas de documento sobre os alunos da escola. Além delas foram analisados também o livro de diagnóstico dos alunos do ano de 1952 (IV) num total de vinte documentos, foi utilizado também o registro de matrículas de 1950 e 1951 (V) onde constam informações básicas sobre os alunos.

A primeira fonte foi trabalhada através da transcrição completa das fichas e posteriormente sua análise nas seguintes categorias de análise: I – Relação das mães com a Escola; II- relação do Serviço Social com as mães; III – relação do Serviço Social com os alunos e IV – quais eram as demandas feitas tanto pelo Serviço Social como pelas mães dos alunos. Os bilhetes seguiram as mesmas regras da análise da primeira fonte. As fichas de matrículas dos alunos contêm informações preciosas sobre o tipo da doença, origem e fotografia de alguns alunos. O livro de diagnóstico dos alunos de 1952 seguiu as seguintes análises: foram visto quais as deficiências que os alunos tinham e em que semestre eles melhoravam ou pioravam e o motivo da piora/melhora. Nos registros de matrículas foram formulados tabelas para a análise de grau de escolaridade; nacionalidade; idade e local onde habitavam.

Os registros da escola nos mostram que a Escola não era apenas um local de educação das crianças anormais. Muitos recorriam a escola para pedir auxílio, fosse financeiro ou médico. As Assistentes Sociais que trabalhavam para a Escola tinham um papel ímpar na ajuda as famílias menos abastadas. É bem verdade que o governo também financiava a compra de medicamentos para aqueles que não podiam comprar o remédio ou financiava os

passeios das crianças, como nos mostra alguns diários oficiais do Estado de Pernambuco da década de 1950 e também fomentava um cinema educador para essas crianças, ou seja, aquele que estivesse de acordo com os preceitos da Liga de Higiene Mental.

Os “inquéritos” produzidos pelo Serviço Social (SS) nos dizem que a Escola tentava ajudar as famílias das crianças para que estas não deixassem de ir à aula. Não era novidade, para os que trabalhavam com essa parcela da população, fazer-se a investigação da vida dos loucos, em especial de sua infância, buscando o momento em que o sujeito “ficou louco” ou perdeu o “prumo da vida” ou “amaluqueceu”, Michel Foucault já nos dizia que a

“infância vai se tornar o centro, o alvo da intervenção psiquiátrica de uma maneira indireta, na medida em que aquilo sobre o que se interroga no adulto louco é precisamente a sua infância: deixe vir a você suas lembranças de infância, e é assim que você será psiquiatrizado.”¹³

O procedimento do SS era de investigar a vida das famílias nos mínimos detalhes e tinham um trabalho “educativo” com a família de mostrar a importância dos filhos irem à escola, talvez no esforço vão de curar a loucura interior das alunas e dos alunos. Além disso, o SS impunha que as mães participassem de algum grupo na escola, fosse esse de corte e costura ou outro que optassem.

Em todos os registros, muitos duravam alguns anos; dois ou três, seguia-se o mesmo *modus operandi*. A realização do inquérito preliminar, onde constavam as perguntas feitas pelas mães dos alunos e as respostas, que iriam compor toda a ficha de vida progressiva dos alunos. Um caso vale salientar, onde a vida íntima da família é “invadida” pelo SS; é o caso de Jete Marques dos Santos, aluno matriculado em 1952 e mandado a escola pois tinha um grande atraso pedagógico e foi enviado a classe “C” depois de passar por uma escola particular no Recife e no Grupo Educacional Frei Caneca, em ambos os casos sem aproveitamento¹⁴. Começa a responsável pela visita

“Visitamos a avó de Jete com quem ele vive. Explicamos a finalidade de nossa visita e ficamos a par das seguintes necessidades urgentes: a) necessidade de conseguir os CR\$ 250,00 a quantia do pagamento de Cr\$1.000,00 pela compra de mocambo; b) urgência de tanto ela quando Jete usem o médico; c) compra dos remédios. Prometeram conversar a respeito c/ a diretora, e marcamos que nos procure na próxima semana.”

¹³ FOUCAULT, Michel. O Poder Psiquiátrico: curso dado no Collège de France (1973/1974). Edição Estabelecida por Jacques Lagrange, sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana; tradução Eduardo Brandão; revisão técnica Salma Tannus Muchail, Marcio Alves da Fonseca. – São Paulo : Martins Fontes, 2006.

¹⁴ Ficha de matrícula de Jete Marques dos Santos. Arquivo da Escola Especial Ulisses Pernambucano, Recife, Pernambuco, 1952.

Ou seja, a psiquiatria foi saindo dos muros do hospício para dentro da família a tal ponto que se sabia de informações muito pessoais das pessoas como a necessidade de dinheiro e assistência médica para os integrantes daquela residência. A preocupação era tão grande com a higiene mental das crianças, que mesmo aquelas que não faziam parte da escola eram submetidas aos cuidados do SS e da diretoria da Escola, como é o caso de Girlene Tenório Pontes.

Ela, como diz sua ficha, não deve ser matriculada na escola, pois era **“portadora apenas de distúrbios da linguagem e não se verificar déficit mental”** (grifo nosso). Essa informação nos leva a crer que, embora quase um ano depois de saído os estatutos da Escola Especial Ulisses Pernambucano (1951) que pregava também o ensino para criança com problemas de linguagem de quaisquer condições a matrícula da aluna foi recusada por ela não ser “anormal”. Isso nos leva a crer que mais de uma década depois de fundada a escola, ela ainda era vista como um espaço dedicado aos “anormais” mesmo com a abertura dada pelo governo a outros segmentos, já que há a divisão clara entre os anormais e os deficientes da linguagem.

Visto a recusa de matrícula, a aluna foi encaminhada a um instituto particular mas não poderia pagar pois era uma quantia que tendo “ao todo [...] 15 pessoas, 11 da família e 4 domésticas, para uma renda de CR\$ 5.000,00” inviabilizaria o pagamento do instituto. Dessa forma, a mãe de Girlene, Dona Carmosinda, foi instruída a procurar a LBA. Não foi concedida a bolsa, mas uma quantia de CR\$ 1.000,00 de três em três meses. Vale notar a preocupação das Assistentes Sociais com a perda de potencialidades de Girlene, diz a relatora: “Expusemos o aspecto mais agudo do problema qual seja uma criança normal sem poder falar [...]” foi utilizado como argumento para a concessão da bolsa para a criança. Percebemos que havia, não só a preocupação com as crianças “anormais” mais com as crianças “normais” para que elas não se transformassem em “anormais” com o avançar da idade. No fim, Girlene foi encaminhada ao instituto Domingos Sávio, que trabalhava com crianças “anormais”, que era de responsabilidade da professora Edite Nogueira e seria pago pela LBA.

Foram encontrados alguns bilhetes que reforçam a idéia de que a escola era um local de atendimento médico de alunos e dos próprios familiares. Em vários bilhetes foram encontradas referencia de pedido de informação sobre a administração de remédios; alguns utilizados por internos do Hospital Ulysses Pernambucano desde os anos de 1940. Muitos desses bilhetes estavam encaminhados ao médico psiquiatra José Lucena, que fez parte do cenário da Psiquiatria do Recife no início do século XX.

Podemos observar essa referência em um conjunto de oito bilhetes sobre o aluno Marcio Castanha Gomes. Ele é diagnosticado como um aluno mongolóide e sua mãe, Maria Castanha Gomes, envia a escola, ao longo do ano de 1952 as cartas que tratam essencialmente de conselhos médicos. Na primeira, datada de 20 março, ela se dirigiu a diretora interina, Noêmia Varela, explicando o motivo do filho não ter ido as aulas por causa da gripe e que há ainda mais dois filhos de cama e se explica por não ter ido ao “circulo de estudos” da professora Carmen. No dia seis de setembro do mesmo ano ela envia a escola os resultados do exame médico do Marcio e a Receita Passada por Dr. Lucena para ser arquivada na escola. Pede conselhos sobre como administrar a quantidade de um determinado remédio “sei que 2 pastilhas é mais ou menos a quantidade, mas quantas vezes devo dar no dia? Pergunte ao medico, sim?”. No dia do mesmo mês, novamente a pergunta sobre a quantidade de medicamento – Calcifronat - que deveria ser dado ao filho.

Além das cartas, as fichas dos alunos se parecem em muito com as fichas de internamento do Hospital Ulysses Pernambucano. Havia, nas fichas dos pacientes do hospício campos de preenchimento como “antecedentes hereditários”, um campo para o preenchimento das doenças que o pai e a mãe tiveram ou tinham, o local de nascimento, a idade, geralmente uma foto. Nas fichas dos alunos da EEUP não havia diferença. As fichas de 1952 nos dão conta de que havia a informação de antecedentes hereditários do aluno, se os pais eram parentes, se a mãe era adotiva, a idade do pai e da mãe, quantos irmãos tinha, cor, sexo e o local de nascimento. Essa tendência se mantém desde os anos de 1940, no início do funcionamento da escola.

Os alunos, no ano de 1952, eram listados num livro de diagnósticos e este contava com a informação de 22 alunos. Delas podemos notar que os alunos eram classificados pelas suas limitações. Eram listados o nome do aluno, a sua idade mental, sua idade real e o QI. Além disso, podemos ver uma breve descrição do problema dos alunos. Em um documento, a ficha de Eliseu Vieira Bastos (falar mais), aluno da escola desde, pelos menos 1951, podemos identificar um motivo para qual a EEUP abriu, em nos primeiros anos da década de 1950, a escola para alunos com problema de linguagem. Diz o documento: “menino de 11a e 2m apresentando grande déficit mental e conseqüentemente da linguagem”, ou seja, o déficit de linguagem esta ligado diretamente, para eles, ao fato de uma criança ter problemas mentais.

Em outros casos, o diagnóstico das crianças eram de sons incorretos como o de lh, tr, cr, dr e afins. Mais pro fim, havia o desenvolvimento do caso das crianças, onde se fazia a separação do primeiro e do segundo semestre.

Todas essas informações nos dão conta de que a Escola Especial Ulisses Pernambucano era, nos idos de 1950, um espaço onde havia a tentativa de investigar e controlar a vida da criança anormal recifense, com o intuito de “curá-las” ou evitar que elas fossem, no futuro, adultos loucos. Essa documentação nos fornece indícios de que a escola, na verdade, era um espaço mais voltado a terapêutica dos alunos e da própria família do que um espaço onde a educação formal era praticada.

Bibliografia

CUNHA MIRANDA, Carlos Alberto. “Quando a Razão Começa a Julgar a Loucura: a institucionalização do sistema manicomial em Pernambuco” in *Cadernos de história: oficina de história: escritos sobre saúde, doenças e sociedade/ [Departamento de história da UFPE]*. – ano 1, n.1, (2003)- . –Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011. p.37 a 84.

FOUCAULT, Michel. *Doença mental e Psicologia* / [traduzido por Helder Viçoso] – Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2008.

_____. *História da Loucura: na idade clássica* / [tradução José Teixeira Coelho Neto] – São Paulo: Perspectiva, 2012.

_____. FOUCAULT, Michel. *O Poder Psiquiátrico: curso dado no Collège de France (1973/1974)*. Edição Estabelecida por Jacques Lagrange, sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana; tradução Eduardo Brandão; revisão técnica Salma Tannus Muchail, Marcio Alves da Fonseca. – São Paulo : Martins Fontes, 2006.

MASIERO, A. L.: ‘A Lobotomia e a Leucotomia nos manicômios brasileiros’. *História, Ciência e Saúde – Manguinhos* vol. 10(2): 549-72, maio - ago. 2003.

MEDEIROS, Abaeté de. “acadêmicos e modernos entre os alienados artistas da Tamarineira”. Março 1955. *Revista de Neurobiologia*, XVIII; 1.

PESSOTI, Isaias. *Os nomes da loucura* - São Paulo: Editora 34, 2001.